



CERTIDÃO DE REFORMA SEM ACRÉSCIMO DE ÁREA
EM UNIDADES EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS.

1. Requerimento Padrão fornecido pelo IMPLURB, preenchido.
 2. Registro de Imóveis, Título Definitivo, Escritura Pública ou Documento que comprove a posse mansa e pacífica do terreno por mais de 5 (cinco) anos.
 3. Contrato de Locação, caso o imóvel seja alugado.
 4. Cartão do CNPJ, Requerimento de Empresário, Contrato Social e/ou Alteração Contratual, em caso de Pessoa Jurídica. CPF em caso de Pessoa Física.
 5. Matrícula do IPTU ou Documento que comprove a isenção deste.
 6. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Autoria e/ou Execução do profissional habilitado pelo CREA- AM, conforme disposto na **Lei nº 6.496 de 07/12/77** ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de Autoria e/ou Execução do profissional habilitado pelo CAU-AM, conforme disposto na **Resolução nº 17 de 02/03/2012**.
 7. Projeto Arquitetônico completo em formato PDF (art. 20 da L.C Nº 003 de 16/01/2014). Nas pranchas deverá conter: indicação do nome do proprietário, nome do autor do projeto, nome do responsável técnico, número do CREA/CAU, indicação do número das ART's/RRT's (Anotação/ Registro de Responsabilidade Técnica) e Termo de Responsabilidade Técnica (disponível do site do IMPLURB).
 - 7.1. Projeto com legenda: conservar, demolir/construir (**art. 21 Lei Complementar nº 003/14**);
 - 7.2. Elevação das fachadas com especificações de materiais;
 - 7.3. Estudo cromático da fachada com especificação de cores;
 - 7.4. Proposta de publicidade atendendo ao Manual de Placas, nos casos de uso comercial/serviço;
- OBSERVAÇÃO:** Dependendo do grau e tipo de reforma, o interessado poderá consultar esta Gerência de Patrimônio Histórico - GPH quanto à necessidade da apresentação dos subitens acima.
8. Memorial Descritivo detalhando a reforma sem acréscimo de área a ser executada, devidamente assinado pelo responsável técnico pela execução da obra.
 9. Prévia anuência do IPHAN, com plantas carimbadas pelo órgão (obrigatória somente para imóvel inserido na poligonal de tombamento na esfera administrativa federal). Se necessário, consultar a GPH para confirmação.
 10. Arquivo Digital e Memorial Descritivo salvo em PDF.



OBSERVAÇÕES:

- I. Formalização e/ou Trâmite de Processos por terceiros só será aceita com a apresentação de Procuração reconhecida em cartório.
- II. No período entre a formalização do processo e o limite máximo de 30 (trinta) dias, será realizada vistoria técnica no local solicitado, sendo necessário um responsável no local no ato da vistoria, a qual será agendada por meio de contato telefônico mediante a Gerência de Levantamento Técnico – GLT/IMPLURB.
- III. O interessado deverá observar o trâmite do processo quando encaminhado à Gerência de Atendimento – GEAT/IMPLURB, tendo em vista que a Lei determina prazo de 30 (trinta) dias úteis para manifestações ao processo, sob pena de arquivamento, conforme disposto no Art. 24, parágrafo 2º e Art. 25 da Lei Complementar nº 003/14.